

REGIÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E REDES “BRASILEIRAS” NO MERCOSUL

Rogério Haesbaert¹

Este trabalho tem como principal objetivo investigar a formação de regiões transfronteiriças entre países do Mercosul, especialmente aquelas decorrentes da influência brasileira, promovida de maneira mais contundente através dos fluxos migratórios que vêm se desdobrando em direção ao Paraguai (fluxo mais antigo e mais intenso), Uruguai e Argentina.

Para isso, propomos partir de um debate teórico que prioriza a reavaliação dos processos de regionalização em uma dinâmica globalizadora, revisitando o conceito de região, associado agora à dinâmica complexa em que se mesclam inúmeras escalas (com ênfase às relações local-global). Concomitantemente, e em íntima consonância, aparece a concepção de rede, entendida aqui em sua dimensão geográfica, no interior de áreas transfronteiriças de um bloco econômico profundamente influenciado pelos fluxos migratórios.

Assim, partimos de uma revisão teórica sobre o conceito de região, enfatizando as tendências mais recentes, que propõem a redefinição dos contextos regionais, ligados agora não tanto aos processos de base nacional (como nos regionalismos tradicionais) mas à dinâmica da globalização. Quanto às escalas, passa-se a privilegiar as relações global-local (ou “glocals”) e do nível global com um novo nível “regional”, que pode ser tanto uma área intra quanto internacional, já que estas “novas regiões” dialogariam diretamente com os circuitos da globalização.

Nossa pesquisa empírica se desdobrou junto às áreas de mais intensa migração brasileira no leste do Paraguai, nordeste da Argentina e norte-nordeste do Uruguai, onde se estima que existam mais de 400 mil brasileiros, mais de 80% destes no Paraguai. As inúmeras redes que se estabelecem entre estes grupos migrantes, em sua enorme diversidade sócio-econômica, demonstram ao mesmo tempo a debilidade dos limites internacionais (mesmo antes da criação do Mercosul) e a potencialidade de conflitos em áreas de profunda diferenciação cultural e econômica. Desenha-se assim uma complexa superposição e/ou interseção de “fronteiras”, áreas e redes onde dificilmente veríamos configurada uma região nos moldes tradicionais. Para questionarmos a existência de uma “região transnacional” ou “transfronteiriça” no interior do Mercosul propomos analisar:

- o papel das cidades e das redes urbanas na articulação regional;
- o papel das múltiplas redes estabelecidas principalmente entre os grupos migrantes e que alteram os constrangimentos impostos pelos limites internacionais.

A região entre o local, o global e as fronteiras nacionais

Geralmente, no cenário da geografia, a região é tratada como uma forma de organização do espaço “zonal” ou em área, uma superfície contínua com características relativamente uniformes. Ocorre que, se observarmos a história do pensamento geográfico no seu prisma regional, verificamos que houve uma espécie de desdobramento cíclico do conceito, ora priorizando propriedades como a continuidade espacial, a estabilidade (sempre relativa) e as relações horizontais (como na clássica região lablacheana), ora a sobreposição de áreas, os fluxos e as relações verticais ou hierárquicas (como na concepção de regiões funcionais urbanas). A primeira encontrava-se mais próxima de uma visão idiográfica, empirista, a segunda de uma visão nomotética, mais racionalista.

Todas essas concepções de região, entretanto, recorrem, se não à singularidade (no sentido de único), pelo menos à particularidade (mantendo uma ligação diferenciada com um conjunto maior) do espaço encarado como região. Corrêa (1995) propõe associar a idéia de singularidade à noção de lugar e a de particularidade (no sentido de Lukacs, como “membro intermediário” que media a relação universal-singular) à de região. Preferimos dizer que a região condensa tanto o particular quanto o singular, num jogo entre o que o filósofo Henri Bergson (1989) denomina diferenças de natureza, singulares, mais qualitativas, e diferenças de grau ou de intensidade, “particulares”, mais quantitativas.

Evitando simplificações, podemos afirmar que a região nunca foi simplesmente, como defendem muitos autores, um espaço contínuo e onde o processo de regionalização resultava num grande mosaico de áreas contíguas, nunca sobrepostas. Não há também uma escala e uma análise regional padrão, como tentaram impor muitas monografias regionais que transformaram a rica análise lablacheana num conjunto de “gavetas” (clima, vegetação, relevo, ocupação humana, uso do solo...) aplicadas a recortes muitas vezes arbitrários, quase sempre no interior dos Estados nações. A região também não é dotada da

¹ . Professor de Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro. O autor agradece a participação muito importante dos bolsistas de iniciação científica Marcelo Santa Bárbara e Marcelus Silveira na primeira etapa desta pesquisa.

estabilidade que muitos lhe outorgaram - e aí o próprio Vidal deve ser criticado, ao afirmar que, apesar da “agitação extraordinária” das “revoluções econômicas”, o que interessa é “o estudo atento daquilo que é fixo e permanente nas condições geográficas”. (LA BLACHE, 1994:547)

Na verdade os únicos aspectos cuja presença pode ser considerada comum às diversas concepções de região, ao longo do tempo, desde a região “personalidade geográfica” de Vidal de La Blache até a região-processo como produto da divisão territorial do trabalho (por ex., MASSEY, 1981), são a ênfase ao específico (a famosa “diferenciação de áreas” a que alude HARTSHORNE, 1939), seja ele o singular ou o particular, e a pretensão de síntese, pelo reconhecimento de uma coerência ou coesão interna à região. Ao contrário de conceitos que sempre evocam uma dimensão social mais do que outra - caso de “território” em relação à esfera política e “lugar” em relação à esfera simbólico-cultural, “região” indica sempre uma busca de síntese que sintetiza bem a mais importante (e difícil) das pretensões do geógrafo em seu entendimento do espaço geográfico. Esta síntese pode ser exaustiva, no sentido de buscar cobrir todos os aspectos do espaço geográfico, como é o caso de muitas análises regionais na linha lablacheana, ou mais seletiva, no caso de eleger um setor ou dimensão social como aglutinador dos demais - caso da região como produto da divisão territorial do trabalho (priorizando as relações econômicas) ou do regionalismo (priorizando os movimentos políticos de base territorial).

Vidal de La Blache, apesar de sua ênfase explícita ao que é mais estável, em sua densa descrição concomitantemente natural e social das várias subdivisões regionais do território francês, mesmo tendo sobrevalorizado as relações entre os homens e o “solo”, não deixou de se referir aos núcleos urbanos e aos eixos de comunicação como elementos estruturadores das regiões. A partir do posterior aprofundamento da influência das cidades na configuração regional (com base na teoria dos lugares centrais) acabou surgindo uma leitura dicotômica entre “regiões funcionais”, moldadas pela “unidade vertical”, pelos fluxos e pela coesão urbana, e “regiões homogêneas”, marcadas pela “unidade horizontal” e pela uniformidade da paisagem (como comentado em

HARTSHORNE, 1978). O aparecimento de uma geografia quantitativa (que a princípio recusou a região por seu caráter empirista e descritivo) e, principalmente, de uma “geografia ativa”, levou os estudos regionais à uma aplicação prática, vinculada ao planejamento. A “geografia tradicional” acabou simplificando o legado do mestre Vidal, restringindo-se à descrição exaustiva das monografias regionais.

O processo de globalização das últimas décadas trouxe várias questões que complexificaram muito o espaço geográfico. Alguns autores, privilegiando os processos econômicos a nível macro, globais, acabaram mais uma vez atacando a região como uma espécie de “conceito obstáculo” (termo utilizado por LACOSTE, 1986, em sua crítica de base marxista à região mais tradicional). A região estaria sendo colocada em xeque tanto pelo domínio das descontinuidades sobre a continuidade espaço-temporal quanto pela perda de importância da escala nacional frente à qual a região geralmente se definia, fortalecendo-se agora as relações local-global. Permanece, contudo, a possibilidade (e mesmo a necessidade) de trabalhar com as especificidades e com algum tipo de análise capaz de sintetizar, de alguma forma, as propriedades fundamentais do espaço geográfico.

É importante distinguir aqui a região, enquanto conceito, e a regionalização, no sentido de método operacional, instrumento e técnica de recorte do espaço geográfico. Embora intimamente interligados, eles podem (e, no nosso entender, devem) ser interpretados de forma distinta. Não há uma relação unívoca no sentido simplista de que regionalização seria um processo e região o seu produto. A regionalização enquanto instrumento e técnica de recorte do espaço geográfico geralmente está ligada a um objetivo prático, à necessidade do pesquisador ou mesmo do planejador de encontrar unidades coerentes para sua análise ou para a aplicação de um programa de planejamento. A regionalização pode ser vista então como produto de um reconhecimento das diferenciações no/do espaço geográfico. Neste caso, a definição de “região” (na verdade um recorte espacial) irá variar de acordo com os propósitos do estudo ou com a finalidade prática do trabalho. Frequentemente, aí, a regionalização adquire um caráter normativo: não se trata tanto de reconhecer um fato (a existência da região), mas de indicar a forma com que a região deve ser construída tendo em vista um determinado ordenamento requisitado para o território.

Região, enquanto conceito, fruto de uma profunda discussão prático-teórica, não é simplesmente o produto desses recortes espaciais que variam conforme o interesse ou os objetivos do pesquisador. Conceituar região exige maior rigor do que, no nosso entender, o tratamento dado ao(s) processo(s) de regionalização, onde não há, obrigatoriamente, a discussão sobre um processo social especificamente regional. Região não pode ser confundida com qualquer recorte geográfico dotado de certa coesão ou coerência interna. Seu conteúdo deve ser mais rigoroso, pois seu poder explicativo deve ser ao mesmo tempo mais profundo e menos genérico.

Alguns autores contemporâneos propõem que a região deve ser analisada a partir dos fenômenos que dão maior consistência às especificidades do espaço geográfico, ou seja, aqueles que se dão na relação entre os níveis local e global, pois é a partir destes processos que ainda é possível encontrar uma

perspectiva geográfica “integradora”. Para um autor como Milton Santos, “a região pode ser considerada como um lugar, desde que a regra da *unidade e da continuidade do acontecer histórico* se verifique. E os lugares - veja-se o exemplo das cidades grandes - também podem ser regiões”. (p. 132, grifo nosso) Apesar de ser difícil definir uma “unidade” do acontecer histórico, é evidente que a amplitude e a seletividade dos processos globalizadores acaba priorizando a “unidade” local como seu foco, e a idéia de continuidade espacial, de fato, só pode se verificar nesta escala. Embora alguns autores questionem a continuidade como um princípio a ser mantido para o reconhecimento da região, trata-se de uma proposição muito instigante para retomar e aprofundar a discussão sobre o tema.

Se a escala regional mais tradicional, enquanto “meso-escala” entre os níveis local (espaço cotidiano de relações) e nacional (o território do Estado nação), perdeu muito de sua coerência como unidade de análise num mundo globalizado, o nível local pode ser trabalhado como esta “escala” (no sentido geográfico e não simplesmente cartográfico) privilegiada das interações sócio-espaciais infra-globais.

Entretanto, mesmo a possibilidade de tratar a região a partir de uma visão sintética e integradora pode ser questionada pela complexidade dos processos de globalização. As dinâmicas econômica, política, cultural e ecológica podem se encontrar desarticuladas e, mesmo a nível local, podem não proporcionar a análise a partir de uma abordagem integradora. Outro complicador é o processo de exclusão vivido por uma massa crescente da população, que dificilmente, assim, formará um espaço relativamente uniforme e não fragmentado (daí termos proposto o termo “aglomerados humanos de exclusão” para esta massa de excluídos [HAESBAERT, 1996]).

THRIFT (1996) afirma que “a região está se fragmentando, tornando-se não tão desorganizada (...) quanto *deslocados* termos em que costumamos considerar regiões como áreas contínuas e demarcadas.” (p. 239) Essa fragmentação tem ocorrido desde o plano econômico das multinacionais organizadas em rede, originando “bolsões” ou enclaves espaciais transnacionais (caso de alguns paraísos financeiros e das zonas de livre comércio, por exemplo), até o da cultura, espacializada e apoiada em “simulacros que fornecem apoio afetivo para a fragmentação” (p. 240). Neste mundo “globalmente local” ou de “localismos globalizados”, como diz Thrift, os “contextos podem ser consumidos localmente (embora até isto esteja em questão) mas são cada vez menos produzidos localmente” (p. 240).

Um outro autor que indica uma mudança de escala da região, numa discussão teórica muito menos aprofundada e amplamente favorável ao sistema capitalista globalizado, é OHMAE (1996), para quem, nesta fragmentação entre o político e o econômico, estariam emergindo “Estados-regiões transnacionais”. Estes seriam “unidades econômicas, e não políticas, e seu foco não tem nada de local. Eles podem residir dentro das fronteiras de um Estado-nação estabelecido; porém, são motores do desenvolvimento tão poderosos porque sua orientação e sua ligação básica dá-se com a economia global” (p. 83), acolhendo favoravelmente o investimento estrangeiro. Eles estariam localizados entre “os portões de entrada mais confiáveis” da economia global, e o autor exemplifica com o caso da região em torno de Singapura e do sul da Malásia, o sul da China (província de Guangdong mais Hong Kong e Macau), etc.

No interior do Mercosul, ao mesmo tempo que podem se fortalecer embriões de “Estados-regiões” (na área sob influência mais direta de São Paulo, por exemplo), reforçam-se seletivamente locais globalmente conectados (como as zonas francas da fronteira ou municípios onde se instalaram grandes empresas automobilísticas). Estes complexificadores serão em parte trabalhados mais adiante através de evidências de nossa pesquisa de campo, realizada em território paraguaio, argentino e uruguaio. Buscamos, especialmente através da presença de migrantes brasileiros nos espaços fronteiriços, compreender e dimensionar as diversas formas de ordenamento territorial aí estabelecidas. Para isto, além da discussão da formação (ou não) de uma “região transfronteiriça”, será necessário trabalhar com noções como a de território, fronteira ou limite internacional e rede.

A fronteira, tal como entendida no senso comum, é confundida com a idéia de limite (MACHADO, 1998) e é importante ressaltar que faremos referência aqui tanto à concepção de limite como delimitação territorial da atuação jurídica do Estado quanto à concepção de fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural. No caso do Paraguai fica nítida a superação dos limites político-nacionais pela fronteira capitalista que integrou grande parte do leste do país ao espaço econômico do complexo sojicultor brasileiro (sobre as fases deste processo, v. KOHLHEPP, 1981). Diante do que acabamos de comentar, a denominação “redes transfronteiriças” pode parecer incoerente, pois as “fronteiras” aí tratadas são na verdade limites. Por isto iremos utilizar também a denominação “redes inter ou transnacionais”, ressaltando contudo que a ênfase à conotação político-administrativa da fronteira é amplamente (re)conhecida na bibliografia acadêmica, mesmo a mais rigorosa.

Ignorando muitas vezes a existência de limites (ou “fronteiras”) internacionais, intensificam-se as redes articuladas principalmente pelos migrantes brasileiros que têm firmado esta transposição cultural e econômica para além dos limites territoriais do Estado brasileiro. Redes serão tomadas aqui, sempre, num sentido ao mesmo tempo material, mais evidente, por exemplo, nas redes de infra-estrutura, e imaterial,

como nas redes de solidariedade ou de base cultural criadas através de organismos como a Igreja Católica, a fim de apoiar migrantes indocumentados.

Migração brasileira, rede de cidades e regionalização

É interessante verificar como as áreas ocupadas por migrantes brasileiros nos vizinhos do Prata correspondem a áreas de expansão capitalista da fronteira agrícola e geralmente se deram em zonas de densidade demográfica bastante baixa. Nem por isso, entretanto, tratavam-se de “terras de ninguém”, como alguns colonos ainda hoje tentam argumentar. No caso da província argentina de Misiones, tratavam-se geralmente de terras devolutas ou áreas de preservação ambiental. O próprio governo argentino utiliza ainda hoje a preservação ambiental (vide a criação da reserva Yaboti ao longo da fronteira com o Brasil, em 1992) também como estratégia para conter a migração brasileira. No caso paraguaio, a presença dos descendentes de índios guaranis foi totalmente desconsiderada e a devastação da floresta foi brutal, existindo hoje imensas áreas que reproduziram o mesmo processo agrícola e a mesma devastação ecológica das áreas coloniais do Sul do Brasil.

Nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos e nos departamentos fronteiriços do Uruguai com o Brasil, onde o aumento da migração brasileira é mais recente e se vincula sobretudo à rizicultura de grandes propriedades², a ocupação se dá em áreas de campo, mas mesmo assim há problemas ambientais graves, com a alteração dos ecossistemas de várzea e a construção de grandes barragens para a irrigação³. Esta divisão territorial do trabalho que acompanha os diversos fluxos migratórios brasileiros ao longo das áreas fronteiriças permite uma primeira regionalização, em moldes mais tradicionais.

Utilizando apenas o uso do solo (já que a grande maioria dos migrantes brasileiros é de agricultores) ou mesmo a inserção dessas áreas na divisão territorial do trabalho, num sentido mais amplo, podemos distinguir uma área da soja, dominante no caso paraguaio (embora a migração seja bastante heterogênea [PALAU, 1996], dominando no nordeste do país minifúndios ligados à pequena produção), uma área de pequenos colonos dedicados a produtos como o fumo e o milho, no nordeste argentino (onde a presença de extensas áreas de mata nativa e grandes projetos de reflorestamento de empresas do setor papelero devem ser destacados), e duas áreas de grandes propriedades ligadas à rizicultura irrigada e à pecuária, no norte-nordeste uruguaio e nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos. Ocorre que não só a própria divisão territorial do trabalho é muito mais complexa, inclusive no que se refere à agricultura, mas também as redes urbana, de transportes e redes de base cultural acrescentam sérios complicadores que servem para relativizar o poder explicativo desta regionalização.

Um outro aspecto muito relevante a ser considerado está relacionado aos processos de urbanização. Embora a maioria dos brasileiros, como já destacamos, dedique-se a atividades rurais, lentamente vai se processando nas áreas de migração um processo de urbanização que ou corrobora tendências previamente existentes ou, como é o caso do Paraguai, institui uma rede urbana completamente nova. Assim, o processo de urbanização nas áreas fronteiriças, a maior parte delas com a presença expressiva de migrantes brasileiros, permite identificar pelo menos três áreas onde o tipo de propriedade rural encontra-se intimamente ligado ao padrão urbano:

². Para maiores detalhes sobre a expansão da moderna rizicultura brasileira em direção aos vizinhos do Prata, ver entre outros BENETTI (1994) e OLIVEIRA e BARCELLOS (1998), estes últimos especialmente para o caso das relações entre o Rio Grande do Sul e a província argentina de Corrientes.

³. Sobre a produção de arroz no Uruguai, v. MARTÍNEZ (1997).

- no Uruguai e nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos a rede urbana continua bastante estabilizada em torno de pequenos e médios centros urbanos mais distantes entre si, numa economia de grandes latifúndios que, mesmo com a modernização agrícola, principalmente via rizicultura ligada em grande parte à migração brasileira, não tem alterado expressivamente a malha urbana; a relativa estagnação do lado brasileiro da fronteira (a chamada “Metade Sul” do Rio Grande do Sul) parece ser corroborada nos espaços vizinhos do Prata.

- na província argentina de Misiones, onde ainda há uma “faixa pioneira” com novos centros urbanos de pequeno porte em relativa expansão, a rede urbana tem apresentado algumas mudanças, principalmente a partir da ampliação do setor de serviços e comércio em localidades com expressiva presença de pequenos e médios empresários brasileiros, como San Vicente e San Pedro; o domínio de Posadas, a capital da província, entretanto, é amplamente majoritário (ao contrário da área pampeana comentada anteriormente, onde nenhum centro se sobrepõe nitidamente sobre os demais). A crise e a privatização do setor madeireiro-papeleiro em Misiones gerou uma migração, especialmente para Posadas, que acentuou as desigualdades sociais nas cidades⁴.

- no leste paraguaio a migração brasileira é fundamental para o entendimento das relações rural-urbanas. Embora já existisse um importante núcleo urbano, de longe o mais importante do leste paraguaio, Ciudad del Este, hoje uma conurbação de mais de 300 mil habitantes, seu caráter de zona franca e “cadinho” cultural com infra-estrutura de serviços urbanos amplamente dependente de Foz do Iguaçu, no lado brasileiro, e a sua desconexão econômica em relação ao circuito básico de produção do Departamento, que é a soja, gerou uma rede urbana bastante complexa e que não representa uma coesão “regional” como se poderia imaginar. Cidades quase “brasileiras” como Santa Rita e Santa Rosa começam a articular uma rede urbana diretamente vinculada a outros centros urbanos brasileiros, do outro lado da fronteira. O uso da língua portuguesa, a circulação do real e os costumes do Sul do Brasil nestas cidades são amplamente dominantes. Mesmo com as medidas políticas restritivas impostas pelo governo paraguaio a fim de conter a influência brasileira, já há inclusive um prefeito brasileiro (em San Alberto).

A geografia que se desenha a partir da formação dessa rede urbana paraguaio-brasileira em Alto Paraná merece algumas considerações mais detalhadas, resultado de nossos trabalhos de campo realizados entre Ciudad del Este, Santa Rita, Santa Rosa e Asunción, em 1998, e Guaira, La Paloma e Katueté, em 1999. Trata-se, em grande parte, como já enfatizamos, de uma rede desconectada do contexto paraguaio em que deveria se inserir. Algumas “anomalias” nas relações sócio-espaciais, estreitamente vinculadas à migração brasileira, devem ser destacadas:

- a utilização da moeda e até mesmo de preços brasileiros em muitas localidades;
- o direcionamento do comércio em sua quase totalidade para o Brasil, incluindo várias redes de contrabando de soja e de mercadorias industrializadas provenientes do Brasil e depois reexportadas;
- a implantação de uma cultura “brasileira” gerando espécies de enclaves (até mesmo com a implantação de Centros de Tradições Gaúchas, ligados ao Paraná), utilizando-se fluentemente o português, inclusive em programas de rádio, além do domínio da rede Globo via antenas parabólicas (este fato foi constatado também em localidades do interior uruguaio);
- o exercício da cidadania brasileira, mesmo residindo em território estrangeiro, com muitos migrantes usufruindo da aposentadoria e de serviços de saúde e educação brasileiros, além de milhares de eleitores que continuam votando no Brasil (vereadores em Foz do Iguaçu são eleitos com o voto [e promessas] de eleitores brasileiros residentes no Paraguai, o mesmo ocorrendo em Dionísio Cerqueira [SC] em relação à Argentina).

Assim, bem ao contrário do lado brasileiro da fronteira, no Paraguai “abrasileirado” da soja não há nenhuma rede de cidades bem hierarquizada, mas sim um importante centro urbano voltado para atividades extra-regionais (e ilegais) e uma rede de pequenas cidades onde começa agora (anos 90) a se destacar, ainda de modo embrionário, um núcleo na parte sul da área de colonização brasileira. Trata-se de Santa Rita, que conta com uma razoável estrutura comercial, de serviços (um hotel 4 estrelas, 3 emissoras de rádio, abertura de cursos superiores), bancária, pequenas indústrias (metalurgia, madeira, implementos agrícolas).

A rede viária, praticamente restrita à malha rodoviária asfaltada, muito rarefeita, composta praticamente de três grandes eixos, continua sendo decisiva para o crescimento dos núcleos urbanos. O exemplo mais incisivo é o da marginalização, e mesmo decadência, da cidade de Santa Rosa em detrimento de Santa Rita, quando do asfaltamento da ruta 6. Daí também a luta do prefeito de Santa Rosa para buscar capitais na Alemanha para a construção e asfaltamento da rodovia Naranjal-Santa Rosa-Ciudad del Este, que com certeza retirará de Santa Rita sua posição privilegiada, pela diminuição expressiva do tráfego que passa pela cidade. Em pleno “período técnico-científico informacional”, nos termos de Milton Santos, o papel das rodovias ainda é fundamental no leste do Paraguai. Muitos são os núcleos urbanos que ficam isolados em relação ao deslocamento de pessoas na época das chuvas. Comparado a áreas como a do

⁴. Sobre o papel econômico da província de Misiones no novo contexto do Mercosul, v. OVIEDO e GORTARI, 1997.

pampa do interior uruguaio, observa-se uma densidade de rodovias pavimentadas muito menor ao mesmo tempo que a população (especialmente rural) é incomparavelmente maior.

Enquanto uma cidade como Santa Rita vive desses laços profundos com o Brasil e ao mesmo tempo leva o cognome de “cidade mais progressista” do Paraguai, a vizinha Ciudad del Este, a cerca de 100 quilômetros, é uma cidade conectada primordialmente aos circuitos globais da economia, tanto legal (como no caso dos laços comerciais oficiais com Taiwan e o estabelecimento de um distrito industrial chinês na periferia da cidade), quanto ilegal (o contrabando de mercadorias, o narcotráfico e a lavagem de dinheiro). Zona franca, entre seus habitantes encontram-se minorias étnicas de várias diásporas mundiais, como a chinesa, a coreana e a árabe-libanesa. Disputas entre máfias são comuns e circuitos ilegais proliferam, incluindo o tráfico de prostitutas brasileiras e a instalação de um dos braços mais importantes da organização radical muçulmana Hezbollah. Em recente reportagem um jornal francês, com muito exagero, denominou Ciudad del Este a “Hong Kong sul-americana”, em alusão ao domínio das máfias e ao montante de capital circulante a partir da lavagem de dinheiro do narcotráfico e do contrabando.

Diante deste quadro extremamente complexo verificamos, fora da divisão do trabalho mais simples ditada pelo uso agrícola do solo, a dificuldade de regionalizar essas áreas fronteiriças, tanto pelo fato de que os limites internacionais são cada vez mais relativos quanto pelo fato de que não há um espaço organizado de forma coerente a partir dos centros urbanos (a “coerência funcional” inerente à região, cf. SANTOS, 1999). Os diferentes graus de maleabilidade dos limites ao longo das três fronteiras e a instituição oficial de enclaves extremamente globalizados, como as zonas francas de Ciudad del Este e Encarnación, no Paraguai, ou, em menor escala, em Rivera, no Uruguai, são alguns dos elementos que devem ser levados em conta na discussão de um processo de regionalização completamente distinto, em curso nestas áreas.

Do limite-fronteira aos múltiplos recortes “regionais”

Tomando-se os limites internacionais no âmbito do Mercosul como um todo, pode-se identificar, ao lado de Ciudad del Este/Foz do Iguaçu/Puerto Iguazu, várias “pontes” que revelam uma porosidade ou uma maleabilidade bastante seletiva que indica as condições impostas pelas várias faces do processo de globalização e da formação dos chamados blocos econômicos regionais. De várias formas, entretanto, o limite entre os três países ainda oferece diferentes níveis de controle e influência, dependendo do sistema jurídico-político de cada país (vide, por exemplo, o controle do desflorestamento, muito mais rigoroso no caso argentino).

Vejamos algumas das características mais importantes do processo globalizador e seus efeitos no espaço transfronteiriço:

- o domínio do capital financeiro (naquilo que CHESNAIS [1998], denominou de regime de acumulação financeirizado): os limites internacionais se tornam, em alguns casos, completamente permeáveis, pois o capital flui de um país para o outro na instantaneidade proporcionada pela teleinformática. É junto aos limites internacionais que este fluxo de capitais adquire uma de suas manifestações mais contundentes, especialmente através da lavagem de dinheiro obtido nos circuitos ilegais da economia. Transações financeiras de grande monta são efetuadas em cidades fronteiriças, nódulos estratégicos de um sistema global altamente corrompido e muitas vezes mafioso. No caso do Uruguai foram vários os relatos que obtivemos comentando o fenômeno da compra de terras para lavagem de dinheiro, e no Paraguai são conhecidos os inúmeros casos de lavagem via construção civil e operações de contrabando.

- o aumento brutal da exclusão social: uma das marcas sociais mais graves deixadas pelas políticas econômicas neoliberais implementadas nos países do Mercosul é o desemprego e a inclusão precária dos indivíduos no mercado de trabalho; com isto, os dilemas vividos pelos excluídos de um país acabam refletindo no outro, mesmo com as restrições impostas, por exemplo, à mobilidade dos trabalhadores. Este é o caso dos migrantes paraguaios na Grande Buenos Aires ou dos brasiguaios sem-terra obrigados a migrar de volta do Paraguai para o Brasil (SPRANDEL, 1991). Nas chamadas áreas de fronteira intensificam-se migrações do tipo pendular ou sazonal, em escalas menores, como as que ocorrem entre trabalhadores dos dois lados do limite internacional em Foz do Iguaçu-Ciudad del Este, Encarnación-Posadas e outras cidades paraguaias (conforme PALAU, 1993). Este aumento da exclusão fortalece ao longo da fronteira os movimentos ilegais de mercadorias, capital, informações e pessoas (como os migrantes brasileiros que atravessam ilegalmente os rios fronteiriços, na Argentina denominada de migração pelo “porto capivara”).

- a uniformização das práticas culturais: neste caso, os traços culturais “nacionais” mais pronunciados são os do Brasil. A já comentada presença da rede Globo, por exemplo, nos países menores, Uruguai e Paraguai, mostra bem a força do “imperialismo” cultural brasileiro. Nas áreas de fronteira este dado é ainda mais revelador, com uma influência da mídia brasileira que está inclusive alterando o linguajar das áreas limítrofes com o Brasil (caso do espanhol “carimbado”, no norte do

Uruguai). Mas de forma concomitante ocorrem formas de resistência, como é o caso do reforçamento da identidade guarani na formação da identidade nacional paraguaia.

A partir da interação dessas múltiplas dimensões podemos encontrar vários recortes territoriais que, se não permitem o desenho de regiões num sentido contínuo, mais tradicional, demonstram a necessidade de enfrentar a complexidade do des-ordenamento territorial nestas áreas de fronteira. Assim, podemos afirmar que essas fraturas de desconexão geográfica (ou de conexão anômala, “extra-regional”), se dão no contato entre distintas territorialidades urbano-regionais (nacionais-globais) que, no caso paraguaio, propomos denominar de:

Territorialidades locais-globais - como é o caso das zonas francas de Ciudad del Este e Encarnación, articuladas economicamente (e às vezes também culturalmente, através das diásporas de imigrantes orientais) com as redes legais e ilegais do sistema financeiro mundial e do narcotráfico. Pode-se também citar o caso de cidades como Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu, enquanto nós articuladores dentro das redes do turismo globalizado.

Territorialidades locais-nacionais - estas devem ser diferenciadas em pelo menos duas outras, estruturadas em função de redes distintas: o local-nacional paraguaio e o local-nacional brasileiro. O fato de uma municipalidade como San Alberto, no Paraguai, possuir um prefeito brasileiro, é sintomática da força da “rede brasileira” no interior paraguaio, articulada localmente ao mesmo tempo com o Paraguai, via sistema jurídico-político, e com o Brasil, principalmente via redes econômicas e culturais.

Territorialidades mais estritamente locais: mobilizadas na maior parte do tempo por grupos mais pobres, como é o caso dos descendentes de guaranis vivendo em áreas rurais mais isoladas.

Cada territorialidade privilegia determinadas escalas de relações/conexões e envolve um determinado estrato, grupo ou classe social (um “circuito da economia urbana”, poderíamos dizer), o que por sua vez leva a formas distintas de des-conexão com outras classes sociais e em outras escalas. Por exemplo, a territorialidade “brasileira” inserida no contexto paraguaio tende a privilegiar as escalas local e regional, como o nível político-administrativo dos distritos e departamentos. Também haveria uma forma espacial específica para cada territorialidade, umas privilegiando os territórios-zona, outras privilegiando os territórios-rede (VELTZ, 1996), sem falar naquilo que denominamos os aglomerados humanos de exclusão, onde tende a predominar, mesmo na área dominada pela migração brasileira, a população paraguaia.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para SANTOS (1979), a área de influência do circuito inferior [da economia urbana] é contínua, enquanto a do circuito superior não o é. Neste sentido, podemos dizer que, para a população muito pobre, a continuidade espacial ainda é um dado fundamental em suas estratégias cotidianas de sobrevivência, enquanto para o grande capitalista a descontinuidade é pré-requisito indispensável à sua reprodução e à maior acumulação, cada vez mais seletiva em relação aos espaços. Mas, enquanto o capitalista constrói bases técnicas altamente sofisticadas para as redes de conexão do seu universo (da parafernália informacional às grandes cadeias de hotéis para executivos), os pobres sobrevivem em redes tênues de solidariedade cuja escala muitas vezes não extrapola a de sua vizinhança mais imediata.

Assim, além de enfatizarmos o caráter multi-escalar da territorialidade, devemos reconhecer também que elas estão mergulhadas num caráter “classista” e em diferenças culturais (bastante nítidas no caso dos migrantes brasileiros descendentes de europeus do Sul do Brasil), mobilizadas de acordo com as estratégias moldadas/exigidas em cada momento histórico.

Podemos concluir retomando criticamente algumas das propriedades com que geralmente a região é compreendida. Foi possível observar que ela dificilmente poderia ser reconhecida a partir da continuidade espacial, a não ser no caso de algumas áreas agrícolas em que o mesmo uso do solo se reproduz por espaços bastante extensos. Também os seus limites se tornam muito fluidos e mesmo os limites internacionais não representam, sobretudo no interior de blocos econômicos como o Mercosul, entraves substanciais para impedir, por exemplo, que algumas áreas de Misiones (caso das Colônias Alicia e Aurora) e especialmente do leste paraguaio se tornem verdadeiras extensões da fronteira agrícola capitalista brasileira.

Como as redes que conectam os espaços são multiescalares, não há mais como identificar uma região que definida sobretudo a partir de suas relações frente ao Estado-nação. Embora esta região, moldada por fortes regionalismos políticos e identidades regionais, não tenha morrido (vide sua vitalidade no caso europeu), no caso das fronteiras do Mercosul não é possível identificá-la, mesmo com os fortes laços culturais-identitários do Rio Grande do Sul com a área pampeana argentino-uruguaia.

A complexidade das relações sociais num mundo globalizado, de “compressão espaço-temporal” (HARVEY, 1992), onde o “aqui” cada vez menos corresponde ao “agora”, desvincula e/ou complexifica relações de tempo e de espaço e sobrepõe ou confunde as diversas escalas geográficas de análise. A “coerência” regional, assim, se perde na medida em que a organização do espaço, muito mais em rede do que em zona, impõe inúmeras fragmentações, sobreposições e interseções.

Podemos então afirmar que:

- a integração transfronteiriça nos países do Mercosul tem nas redes de migração brasileira um de seus principais elementos estruturadores, mesmo antes da consolidação do Mercado Comum, indo muito além, nas áreas transfronteiriças, do simples intercâmbio de mercadorias – ela deve, portanto, ser objeto de preocupações muito maiores do que vêm tendo até aqui.
- estas conexões transfronteiriças aparecem tanto sob uma lógica reticular, de redes (de trabalhadores, comerciais, financeiras, culturais, político-eleitorais, ligadas à saúde e educação etc.) quanto sob uma lógica zonal, de áreas (verdadeira expansão de “regiões” brasileiras para o interior dos países vizinhos).
- a dinâmica transfronteiriça implica um amálgama em múltiplas escalas, estabelecendo elos contraditórios com o processo globalizador em curso; áreas de fronteira periféricas como as aqui analisadas se prestam a inúmeras formas de integração no binômio globalização-fragmentação, participando de diferentes lógicas sócio-espaciais que conformam um verdadeiro laboratório para o entendimento da nova geografia planetária, pautada em conexões materiais e simbólicas de caráter multi-escalar e multi-territorial.

Podemos então manter a concepção de regionalização como método de análise (operacional/instrumental), um “recortar o espaço” análogo à concepção de periodização dos historiadores, sem que contudo a REGIÃO seja uma subdivisão do espaço em múltiplas escalas (como defendem alguns autores⁵). Adotar um critério geral de regionalização, seja ele a divisão territorial do trabalho, a força das unidades político-administrativas, a diferenciação cultural ou mesmo os ecossistemas, sempre irá implicar numa simplificação extremamente problemática, e nossa pesquisa junto às áreas fronteiriças do Mercosul deixou isto muito evidente.

Não há um critério único de regionalização porque os espaços se diferenciam, fragmentando-se e articulando-se de formas cada vez mais complexas. Em áreas de fronteira internacional e ao mesmo tempo no interior de blocos econômicos transnacionais isto aparece de forma ainda mais nítida, pois os limites impostos acabam sendo ao mesmo tempo um elemento diferenciador e aglutinador. Não há dúvida de que o nível “local” adquire nova importância, como enfatizam vários autores, mas afirmar que a região mudou de nível e agora pode ou deve ser trabalhada nesta escala ainda nos parece temerário. Muita discussão teórica e muitos trabalhos concretos são necessários para uma nova formulação do conceito. Por enquanto, preferimos ficar com a multiplicidade de territórios desenhados pelo processo globalizador-fragmentador no bojo do qual ainda se cruzam velhas e novas territorialidades.

⁵ Santos, por exemplo, afirma: “Regiões são *subdivisões do espaço*: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, *meros lugares funcionais do todo*, pois, além dos lugares, não há outra forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões” (SANTOS, 1994:98, grifos nossos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BENETTI, M. 1994. Argentina e Uruguai: a nova fronteira agrícola sul rio-grandense. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, FEE, n. 22, v. 2.
- BERGSON, H. 1989 (1934). O pensamento e o movente (Introdução). In: *Os Pensadores: William James e Henri Bergson*. São Paulo, Nova Cultural.
- CHESNAIS, F. 1998. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, jul., p. 185-212.
- CORRÊA, R. 1995. Região: a tradição geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, jul./set.
- HAESBAERT, R. 1996. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HARTSHORNE, R. 1939. *The nature of Geography*. Washington, AAAG.
- _____. 1978. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo, HUCITEC.
- HARVEY, D. 1992. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- KOHLHEPP, G. 1982. Problems of dependent regional development in Eastern Paraguay with special reference to brazilian influence in the pioneer zone of the Amambay plateau. *Applied Geography and Development*. Tübingen: n. 22.
- LA BLACHE, V. 1994. *Tableau de la Géographie de la France*. Paris, PUF.
- LACOSTE, Y. 1986. *A Geografia, isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas, Papirus.
- MACHADO, L. 1998. Limites, fronteiras e redes. In: Strohaecker, T. et al. (orgs.) *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre, AGB.
- MARTINEZ, A. 1997. La permeabilidad tecnológica en la frontera brasileña del Uruguay - el cultivo del arroz en el norte del país. *Rev. GeoUruguay*, n. 1. Montevideo.
- MASSEY, D. 1981. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço & Debates* n. 4. São Paulo.
- OHMAE, K. 1996. *O fim do Estado Nação*. Rio de Janeiro, Campus.
- OLIVEIRA, N. e BARCELLOS, T. 1998. As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso Rio Grande do Sul/Corrientes. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, ano 19.
- OVIEDO, A e GORTARI, J. 1997. Misiones en el intercambio económico regional y en el contexto del Mercosur. *Estudios Regionales*. 10.
- PALAU, Tomás. 1993. Modificación de patrones migratorios y movilidad transfronteriza en el Paraguay. *Documento de Trabajo* n. 55. Asunción, BASE, Investigaciones Sociales.
- _____. 1996. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: Patarra, N. (coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, FNUAP.
- SANTOS, M. 1999. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território* n. 6. Rio de Janeiro, LAGET/Garamond.
- _____. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo, HUCITEC.
- _____. 1979. *O espaço dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- SPRANDEL, M. 1991. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- THRIFT, N. 1996. Visando o âmago da região. In: Gregory, D. et al. (orgs.) *Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VELTZ, P. 1996. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF.